

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia da República

Registo

V. Ref.^a

Data

I_COM1XV/2023/12

25-01-2023

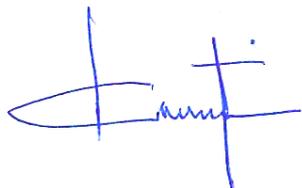
Assunto: Relatório da participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar da Comissão Especial para Ingerência Estrangeira em todos os processos democráticos na UE, incluindo a desinformação (ING2) do Parlamento Europeu | Bruxelas

Nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia da República e para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR, junto se envia a Vossa Excelência o relatório sobre a participação da Assembleia da República na reunião organizada pela Comissão Especial para Ingerência Estrangeira em todos os processos democráticos na UE, incluindo a desinformação (ING2) do Parlamento Europeu dedicada ao tema « A resiliência legislativa, leis eleitorais ou campanhas de manipulação de informação », que decorreu em Bruxelas no passado dia 1 de dezembro de 2022, na qual participaram os Senhores Deputados Pedro Anastácio (PS) e Ofélia Ramos (PSD), pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e as Senhoras Deputadas Rosário Gambôa (PS) e Isabel Meirelles (PSD), pela Comissão de Assuntos Europeus.

O conteúdo do presente relatório foi apresentado na reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de 25 de janeiro.

Com os meus melhores cumprimentos,

**O Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**



(Fernando Negrão)

**O Presidente da Comissão
de Assuntos Europeus**



(Luís Capoulas Santos)

Anexo: Relatório



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Comissão de Assuntos Europeus

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DA COMISSÃO ESPECIAL PARA INGERÊNCIA ESTRANGEIRA EM TODOS OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS NA UE, INCLUINDO A DESINFORMAÇÃO (ING2) DO PARLAMENTO EUROPEU

**Bruxelas, 1 de dezembro de 2022
(presencial e videoconferência)**

A delegação da Assembleia da República integrou os seguintes Deputados:

- *Deputado Pedro Anastácio (PS), Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - chefe da delegação*
- *Deputada Ofélia Ramos (PSD), Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias*
- *Deputada Rosário Gambôa (PS), Comissão de Assuntos Europeus*
- *Deputada Isabel Meirelles (PSD), Comissão de Assuntos Europeus*

A assessoria foi prestada por Catarina Ribeiro Lopes, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia, e pelas equipas de apoio da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Assuntos Europeus.

Esta reunião interparlamentar, organizada pela Comissão ING2 com o intuito de debater *A resiliência legislativa, leis eleitorais ou campanhas de manipulação de informação*, contou com a presença dos Parlamentos nacionais nos quais decorreram eleições em 2022 ou que teriam eleições no início de 2023, incluindo, além da Assembleia da República, os Parlamentos da Alemanha, Bulgária, Dinamarca, Eslovénia, Finlândia, França, Hungria, República Checa e Suécia.

Da agenda da reunião constavam os seguintes pontos:

- Notas introdutórias

Raphaël GLUCKSMANN, *Presidente da Comissão Especial para ingerência estrangeira em todos os processos democráticos na UE, incluindo a desinformação (ING2) do Parlamento Europeu*, deu as boas vindas aos participantes, apresentando o tema da reunião e solicitando aos colegas dos Parlamentos nacionais nos quais decorreram processos eleitorais no ano corrente que pudessem partilhar a sua experiência e que pode apoiar os Parlamentos presentes em que as eleições decorreram no próximo ano. Mencionou ainda que a democracia é o bem mais precioso, mas também mais frágil, de que as sociedades dispõem, bem como o conflito na Ucrânia e a sua influência na discussão destas matérias.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Comissão de Assuntos Europeus

- Intervenções

Seguiu-se a intervenção de Liubov TSYBULSKA, *Fundadora do Centro para Comunicações Estratégicas e Segurança de Informação do Ministério da Cultura e Política de Informação da Ucrânia*, que aludiu à agressão russa contra a Ucrânia, pondo em perigo todos os Estados-Membros e não só os países vizinhos, e dando nota que esta guerra decorre, de forma silenciosa, há vários anos, tendo mostrado um vídeo ilustrativo a este respeito. Salientou depois quatro dimensões da ingerência russa noutros países: influência política, espelhada no investimento da Rússia nos partidos políticos, com personalização de campanhas, incluindo de forma digital; manipulação das fontes de informação; influência e chantagem económica; e cibersegurança. Para combater a estas situações considerou ser necessário identificar os diferentes atores, individuais ou empresas, sobretudo tecnológicas, que contribuem para estas formas de ingerência, deixando claro que, na sua opinião, este será o momento de atuar.

Jaume DUCH GUILLOT, *Diretor-Geral para a Comunicação e Porta-Voz do Parlamento Europeu*, deu nota que o Parlamento Europeu (PE) tem vindo a desenvolver os seus instrumentos para combater a desinformação desde 2014. Referiu o impacto das ingerências estrangeiras na qualidade da democracia na Europa, de que são exemplos as eleições presidenciais dos EUA em 2016 e no referendo do Brexit, e a criação, com o aproximar das eleições europeias de 2019, de uma equipa especial, no quadro dos serviços de comunicação do PE, para desenvolver uma estratégia contra a desinformação, modelo replicado para áreas como a cibersegurança e a resiliência dos processos eleitorais. Referiu que todas as instituições da UE procuraram criar uma resiliência administrativa através da criação de redes de partilha de boas práticas e coordenação de esforços. Salientou que estas campanhas de desinformação se tornaram mais desenvolvidas e, por isso, o PE adotou uma abordagem de combate baseada na resiliência, no trabalho direto contra a ingerência estrangeira com base na investigação, na monitorização de redes sociais, na cooperação entre instituições e com analistas de dados, na identificação de boas práticas de outros Parlamentos, iniciativas de literacia dos média, em colaboração com entidades públicas e sociedade civil. Terminou referindo que a principal lição a retirar desta análise é a necessidade de cooperação para um combate mais forte à desinformação.

- Troca de pontos de vista entre os membros da ING2 e os membros dos Parlamentos nacionais sobre Resiliência legislativa, Leis eleitorais ou Campanhas de manipulação de informação

Durante o período de debate os membros dos Parlamentos nacionais focaram sobretudo as experiências nacionais, tendo a representante do Parlamento búlgaro referido o debate em curso no seu parlamento sobre o código eleitoral, por forma a salvaguardar a democracia e garantir eleições livres, dando nota de que o país sofre com a desinformação e propaganda russas e que é necessário utilizar novas tecnologias para que os processos de interferência sejam mitigados (Denitsa SIMEONOVA). Foram também colocadas questões sobre a perceção tardia da ingerência russa e a desinformação na Ucrânia (Victoria TIBLOM, Parlamento da Suécia), referida a importância da liberdade de expressão nas diferentes plataformas (Sebastian



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Comissão de Assuntos Europeus

TYNKKYNEN, Parlamento finlandês), preocupação com o combate aos ciberataques e à desinformação mantendo os interesses nacionais em mente, assim como a garantia da resiliência dos países dos Balcãs Ocidentais (László VIGH, do Parlamento húngaro), a existência de Estados com eleições livres mas não justas, nas quais a estrutura dos media não tem independência e lança campanhas de desinformação dirigidas a determinados grupos (Lucie POTUČKOVÁ, Parlamento checo), assim como legislação para eliminar esta interferência dos media na política (Sandra GAZINKOVSKI da Eslovénia). O senador francês Andre GATTOLIN deu ainda nota da interferência estrangeira nas eleições em França em 2017 e 2022, a falta de eficácia da lei contra a manipulação de informação e as dificuldades neste campo em África e no Médio Oriente.

Por parte do Parlamento Europeu, foram colocadas questões sobre a preparação para este tipo de ataques e os progressos feitos nesta área após a invasão russa da Ucrânia, cooperação com os Estados-Membros nas eleições europeias, o que fazer para o PE estar preparado nessa ocasião, se a Comissão Europeia ou o Conselho foram alvos também de ciberataques e se existe uma forma de proteção eficaz nesta matéria. SANCHEZ-AMOR referiu que a ingerência nas eleições não é manipulação dos números mas sim das mentes e que a falta de liberdade é também causada pelo aumento da polarização, e Markéta GREGOROVÁ deu nota do perigo que significa a atribuição a forças externas de processos que são problemas domésticos. Por fim, Sandra KALNIETE deixou claro que todos os Parlamentos nacionais devem definir as suas entidades responsáveis por estas matérias, sugerindo que seja definido um formato para trocas regulares de informação sobre estes assuntos, sobretudo quando se aproximem datas de eleições importantes.

Intervieram neste debate os deputados da Assembleia da República:

Pedro Anastácio (PS), sublinhando a pertinência da discussão, o trabalho já desenvolvido e esforço conjunto entre o PE e os Parlamentos nacionais. Referiu que as ações em discussão constituem uma violação das liberdades fundamentais de expressão, colocando em perigo os processos democráticos. Sendo uma discussão sobre direitos fundamentais, salientou que as medidas a adotar devem passar o triplo teste de compatibilidade: necessidade, adequação e proporcionalidade. Frisou a importância de uma atuação conjunta e concertada, a necessidade de esforços europeus contra ataques externos, com mecanismos de coordenação para verificação das notícias e reforçando, no âmbito da cibersegurança, infraestruturas chave dos Estados-Membros. Sobre Portugal, referiu que o país já tem alguns instrumentos legislativos para combate à desinformação, como a Carta dos Direitos Humanos na Era Digital, embora do ponto de vista da interferência eleitoral não existam meios efetivos para combater o fenómeno. Terminou aludindo à revisão da lei eleitoral, à importância da cidadania e ao plano de literacia mediática desenvolvido pelo governo português, que poderá ser uma ferramenta para uma cidadania preparada para enfrentar o desafio da desinformação em contexto eleitoral.



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Comissão de Assuntos Europeus

Rosário Gamboa (PS), saudou também a organização desta reunião e, referindo-se às eleições de 2022 em Portugal, relevou a existência de um conjunto de atitudes e manipulações dirigidas à credibilidade do Estado português e das suas instituições com mistificações sobre a corrupção e a postura dos políticos. Denotou que Portugal tem uma entidade reguladora, com legislação sólida e eficaz, mas sem poder sancionatório, e, por isso, considerou necessária a existência de regulamentação sobre a desinformação a nível europeu que seja mais eficaz para a atuação em conjunto, uma vez que não existe apenas uma dimensão nacional e europeia mas sim um movimento a nível global. Destacou a importância de uma atuação precoce, com atitudes de desmontagem, prevenção, ação junto da sociedade civil, cooperação, meios tecnológicos mais eficazes, regulação mais harmonizada e literacia mediática.

No final do debate, Jaume DUCH GUILLOT respondeu a várias das questões colocadas e teceu considerações finais sobre esta matéria, destacando a colaboração com o parlamento ucraniano e ações a nível europeu para proteger as próximas eleições.

- Conclusões

Raphaël GLUCKSMANN encerrou os trabalhos, agradecendo a presença dos colegas dos Parlamentos nacionais.

O registo vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

Assembleia da República, 18 de janeiro de 2023.

O Chefe da Delegação da Assembleia da República,

(Pedro Anastácio)